CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL

Saúde & Economia em tempo de Covid-19

CIP, 2 de dezembro de 2020

Intervenção do Presidente da CIP, António Saraiva

Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores,

Caros amigos,

Se a oportunidade de uma discussão sobre a "Saúde e Economia em tempo de Covid-19" era uma evidência quando, em boa hora, o Conselho Estratégico Nacional de Saúde da CIP o promoveu, os contributos que ouvimos confirmam que este é, agora, um tema essencial.

Um tema que preocupa sobremaneira os portugueses e que exige uma atuação determinada. De todos nós e das autoridades.

Por vezes há quem perca tempo a tentar argumentar que a saúde e a economia são mutuamente exclusivos. Ou que se anulam.

Como se os defensores da saúde não tivessem consciência que a economia é um fator determinante para as condições de saúde da população e como se os defensores da economia não tivessem a clareza de saber que a saúde é uma prioridade absoluta.

Na CIP não existem dicotomias e muito menos essa história da saúde por um lado e da economia por outro.

O desenvolvimento de Portugal exige harmonia na evolução dos planos. Aliás, como em todos os países.

Consta dos livros. Os países mais desenvolvidos, com uma economia mais forte, investem mais em saúde.

Os países com melhores condições de saúde têm maior potencial económico.

Corremos o risco de entrar num ciclo vicioso.

Um ciclo onde esta pandemia conduziu a uma recessão económica que implica uma quebra de atividade e de rendimentos que faz perigar os cuidados de saúde e põe novamente em causa o potencial do país.

Temos de parar esta espiral destruidora da riqueza nacional.

Deixemos, pois, as falsas dicotomias de lado. Fixemo-nos no que é urgente e importante.

Esta é a hora de tudo fazermos, com base na melhor evidência científica e sensatez, para limitarmos o impacto da pandemia de Covid.

Reduzindo a progressão, a pressão sobre o sistema de saúde e a mortalidade.

Esta é a hora de voltarmos a olhar para saúde dos portugueses como um todo.

Retomando a atividade assistencial, promovendo os cuidados de saúde a quem deles necessita e também aqui reduzindo a taxa de mortalidade excessiva que se tem registado.

Esta é a hora de termos bem presente que todas as projeções apontam para uma recessão económica inédita em 2020 e para uma recuperação insuficiente em 2021.

A economia não é uma palavra vaga. Atrás da recessão virão as falências, o desemprego elevado, piores condições de vida e menor investimento.

É precisamente por causa deste cenário que a CIP não se tem cansado de alertar para a necessidade de tomar medidas que permitam suster as quebras registadas nas empresas e no emprego.

É importante que as medidas anunciadas pelo Governo saiam rapidamente do papel e cheguem à economia.

De igual modo, é urgente que sejam assumidos apoios especiais para setores como o do comércio, o do turismo e em especial da restauração.

A plena ativação do Banco de Fomento, os prometidos instrumentos de capitalização e a normalização dos pagamentos do Estado, nomeadamente no setor da saúde, são outras áreas em que o Governo tem que atuar rapidamente.

Sabemos todos, e também neste âmbito a CIP tem atuado, que para além das iniciativas nacionais é da maior importância que a “bazuca” europeia possa ter poder de fogo logo no início de 2021.

Assim, da mesma forma que a Comissão Europeia disponibilizou os primeiros 3 mil milhões de euros, ao abrigo do SURE, o Governo português tudo deve fazer para antecipar as verbas do programa Next Generation European Union.

No plano nacional, atenta a evolução esperada desta pandemia, e considerando o tempo ainda alargado para a disponibilização de uma vacina para cobrir as necessidades da população em risco, a CIP apresentou recentemente uma proposta de atuação ao Governo.

Apresentámos medidas eficazes e sensatas, que conciliam as preocupações de saúde pública com a prossecução responsável das atividades profissionais dos portugueses.

Defendemos:

1. A intensificação das campanhas de sensibilização para as medidas de prevenção não farmacológica, que incluem o distanciamento social, a lavagem e desinfeção das mãos e o uso de máscara, profissionalizando-a, associando a mesma a figuras públicas do desporto e entretenimento, intervindo diretamente nas áreas socialmente mais problemáticas.

   A par, disponibilizando os recursos necessários para o efeito e utilizando todos os veículos comunicacionais disponíveis. Institucionais e não institucionais, formais e informais, públicos e privados, de modo a atingir todos os grupos sociais e etários;

2. A autorização e incentivo à realização disseminada de testes rápidos, fora das instituições de prestação de cuidados de saúde (para não as sobrecarregar), utilizando as farmácias comunitárias, coletividades, postos fixos na rua, entre outras; de modo a identificar precocemente quem está infetado e quebrar as cadeias de transmissão.

3. A criação de uma campanha comunicacional que forneça indicações sobre: necessidade absoluta de quarentena dos que testarem positivo, terapêutica a realizar, sinais de alerta e agravamento que orientem recurso aos serviços de saúde;

4. A criação de uma linha telefónica destinada apenas às pessoas que testarem positivo, libertando os cuidados primários de saúde para a atividade assistencial e concentrando os meios onde são mais necessários.

5. A criação, com caráter de extrema urgência, de uma central de gestão informatizada das camas hospitalares públicas, privadas, sociais e cooperativas e das camas de hotéis a selecionar para gestão das necessidades de internamento hospitalar e não hospitalar de doentes Covid e não Covid, garantindo as compensações apropriadas.

O país não suporta mais medidas de banda larga, extensivas, que levem a colocar em causa, ainda mais, a situação económica dos portugueses.

Precisa, sim, de medidas necessárias para vencer as crises, pandémica e económica.

O país tem que atuar de forma enérgica contra o vírus, não aceitando que o vírus paralise todo o país. O país não pode fechar.

Temos que nos manter unidos nesta guerra que, como acontece com frequência, não tem uma única frente.

A CIP e as empresas são parceiras ativas na frente deste combate. Estamos unidos na primeira linha da defesa da saúde pública e da recuperação económica.

Por isso agradeço, com a maior das sinceridades, o enorme contributo que esta manhã todos vós deram a para alcançar a vitória neste combate.

Muito obrigado pela vossa atenção, empenho e dedicação.

António Saraiva
Presidente da CIP
Lisboa, 2 de dezembro de 2020